

Premiado pela
FGV Direito/SP
como 'destaque
especial de
melhor trabalho
de 2019'

Vanessa Pereira Rodrigues Domene

**ADERÊNCIA DOS
PRECEDENTES
JUDICIAIS NO
PROCESSO
ADMINISTRATIVO
TRIBUTÁRIO**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Vanessa Pereira Rodrigues Domene

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D668a

Domene, Vanessa Pereira Rodrigues

Aderência dos precedentes judiciais no processo adminis-
trativo tributário / Vanessa Pereira Rodrigues Domene. – Rio
de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

208 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 177-188.

ISBN 978-65-5510-470-7

1. Precedentes judiciais. 2. Tribunais administrativos.
3. Processo administrativo. 4. Eficiência. 5. Administração
pública. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1 Uniformização da Jurisprudência	9
1.1 A necessária uniformização da jurisprudência brasileira por meio de um sistema de precedentes judiciais....	9
1.2 Dever de estabilidade, integridade e coerência	23
1.3 Princípios jurídicos norteadores do sistema de precedentes	28
1.3.1 Princípios deontológicos: segurança jurídica e isonomia	28
1.3.2 Princípios pragmáticos: duração razoável do processo, desestímulo à litigância e solução para causas repetidas	35
2 Interferência dos Precedentes Judiciais no Processo Administrativo Tributário sob a Ótica do CPC/2015	39
2.1 Tribunal administrativo no exercício da função jurisdicional ..	39
2.2 Aplicação supletiva e subsidiária: interpretação do artigo 15 do CPC/2015.....	46
2.3 Previsibilidade nas legislações processuais específicas	54
2.3.1. Âmbito do TIT: artigo 28 da lei paulista	54
2.3.2 Âmbito federal: Regimento Interno do CARF	60
2.4 Princípios adstritos à administração pública: moralidade, boa-fé objetiva, proteção da confiança e eficiência pública	65
2.5 Custos da litigância desnecessária	70
2.6 Dispensa de interposição de recursos judiciais pelas Procuradorias: uma questão de coerência.....	74

3 Aspectos Relevantes do Sistema de Precedentes	
Judiciais do Código de Processo Civil de 2015	83
3.1 Modelo brasileiro de sistemas de precedentes	83
3.2 Breves considerações sobre ratio decidendi e obiter dictum e “distinguishing” ou “distinguish”	90
3.3 Os precedentes obrigatórios do CPC/2015 e seu poder de vinculação no processo administrativo tributário	101
3.3.1 Precedentes cuja ratio decidendi originou os enunciados de Súmulas (vinculantes e enunciados do STF e STJ)	106
3.3.2 Precedentes decorrentes de julgamentos em recursos especial e extraordinário	109
3.4 Matérias processuais do CPC/2015 com aplicação no processo administrativo tributário: aplicação dos precedentes judiciais, fundamentação e hipótese de sobrestamento	114
4 Resultado da Pesquisa Empírica nos	
Tribunais Administrativos	127
4.1 TIT – Tribunal de Impostos e Taxas.....	128
4.1.1 Metodologia aplicada	128
4.1.2 Resultados identificados por meio da análise qualitativa dos acórdãos do TIT.....	131
4.2 CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	144
4.2.1 Metodologia aplicada	144
4.2.2 Resultados identificados por meio da análise qualitativa dos acórdãos do CARF	148
4.3 Resultado da pesquisa: qual o grau de aderência dos precedentes judiciais pelos tribunais administrativos?.....	162
Conclusão	171
Referências	177